RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública com a presença de representante do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo relativa ao 2º Quadrimestre de 2019.

Realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, no Mini Plenário Beth Azize, localizado no 4º andar, em sua sede própria, na Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 3950 – Parque Dez, Manaus/AM, no dia 09 de outubro de 2019, às 10h e 30m, presidida pelo Deputado Ricardo Nicolau, presidente da Comissão Assuntos Econômicos. **PRESENTES** os Deputados: Saullo Vianna, Serafim Corrêa e Wilker Barreto. Ato seguinte o Deputado Ricardo Nicolau agradeceu a presença de todos na audiência, e registrou a presença dos servidores da Sefaz: Denis Rocha (Chefe de Departamento), Alessandro Ribeiro (Secretário Executivo do Tesouro), Christiane Travassos (Secretária Executiva de Orçamento), Luís Aurélio Leite (Chefe de Departamento de Tributação), Maria da Conceição Guerreiro (Chefe de Departamento de Contabilidade), Dario Paim (Secretário Executivo da Receita). Em seguida repassou a palavra ao Alessandro Ribeiro para dar início à apresentação, acresceu que logo após a apresentação a palavra seria dada aos deputados e presentes para questionamentos.

Dada a palavra ao Secretário Executivo do Tesouro, Alessandro Ribeiro, o mesmo cumprimentou a todos e repassou a palavra ao Chefe de Departamento de Finanças Públicas, Denis Rocha, este deu início a apresentação e fez um breve resumo da situação fiscal do Estado no 2º quadrimestre. Argumentou que o quadro atual aponta uma breve melhoria, que diferente do relatório do 1º quadrimestre, os indicadores apontavam uma singela melhoria. Apresentou o Total de Receita Líquida do Poder Executivo, que no 2º Quadrimestre chegou a R$ 11,85 Bilhões, no qual as quatros principais áreas para aplicação do valor da receita se resolviam em: 21% em encargos Especiais (transferências para os municípios e amortização de dívidas), 15% em Educação, 15% em Saúde, 12% em Segurança. Ato seguinte fez um comparativo dos relatórios referentes ao 2º quadrimestre de 2019 e 2º quadrimestre de 2018, argumentou que tiveram uma receita total de janeiro a agosto de R$ 11.849 milhões, enquanto que no 2º quadrimestre de 2018 foram R$ 11.634 milhões, acrescentou que os valores líquidos já seriam deduzidos do FUNDEB. Relatou que tiveram um acréscimo da receita total de 215 milhões. Destacou que no 2º quadrimestre de 2018 o Estado teve uma liberação de R$ 300 milhões de operações de crédito, que, até o momento, ainda não receberam essa liberação. Ato seguinte enfatizou que o gargalo do Estado estava na folha de pessoal, com um crescimento alto de 15% a mais com relação ao ano passado, chegando num montante de R$ 624 milhões de aumento. Todavia, a partir de setembro, a Aleam aprovou o projeto que atrelou o reajuste ao limite fiscal, mas enfatizou que esse acréscimo será contido. Quanto às demais despesas (janeiro a agosto), tiveram um crescimento de 138 milhões, em percentual equivale a 3%, disse que este valor está um pouco abaixo da inflação. Já as transferências aos municípios, em virtude do aumento da arrecadação tributária, tiveram um crescimento de R$ 71 milhões. Acrescentou que o atual repasse é de R$ 1.758 Bilhão, enquanto que no 2º quadrimestre de 2018 foi R$ 1.687 Bilhão, um percentual de 4%. Quanto ao repasse aos poderes, tiveram um aumento significante de 12%. Logo após o chefe de departamento passou a apresentar os Indicadores Fiscais: os gastos com Pessoal na base de 51,11% (ainda acima do limite máximo), em relação aos impostos para a Educação chegaram a 21,58%, acrescentou que o Estado tem até o final do ano para alcançar o limite legal, e quanto a Saúde acrescentou que ultrapassaram o limite a ser utilizado na área, 17,67%. Já na dívida consolidada, que compreende a todas as dívidas do Estado abrangendo os empréstimos, em relação a receita corrente líquida chegaram a 47,91%.

Em seguida foi repassada a palavra para o Secretário Executivo da Receita, Dario Paim, o mesmo cumprimentou a todos os presentes, em destaque o presidente e os membros da Comissão de Assuntos Econômicos. Relatou que o resultado da receita nos dois primeiros meses do ano, na verdade ainda é reflexo dos últimos meses do ano anterior, porque os pagamentos que caíram em novembro e dezembro refletiram nos dois primeiros meses do ano de 2019. Disse que fizeram um diagnóstico geral do que estava acontecendo e identificaram algumas ações que se faziam necessárias, algumas de correção e realinhamento de ações que tinham sido tomadas que julgaram não adequadas, e outras que julgaram importantes. Argumentou que qualquer Estado da federação tem sua arrecadação num tripé, citou como exemplo o combustível e a energia, que estes são os dois pilares da arrecadação de qualquer Estado. Citou que toda operação de saída de unidade do Estado é acompanhada por vistoria física da fiscalização, ou seja, toda partida tem um fiscal para verificar toda situação documental necessária. Acresceu que o Estado mandou de ICMS para outras unidades federadas, no último mês, R$ 400 milhões de reais. Argumentou que em comparação aos Estados da região norte, o Amazonas tem um comportamento da arrecadação compatível com os demais, bem como os outros Estados da Federação. Salientou que o Estado teve que dispender, por conta de decisão judicial já com transito em julgado, R$ 60 milhões de ressarcimento no setor de combustível nos meses de março e abril do corrente ano, um reflexo que requer maior visibilidade e previsibilidade nesse seguimento.

Com a palavra, o Dep. Ricardo Nicolau parabenizou a iniciativa da Sefaz que, sem aumentar uma alíquota de imposto, conseguiu uma recuperação significativa. Destacou a ação contra os atacadistas, e citou a resolução que foi vencida e não renovada. Adicionou que o ato traria um impacto positivo para o Estado e concluiu que as ações: combustível, energia e atacadista fizeram parte das ações de impacto do Estado.

Em seguida o Chefe de Departamento Denis Rocha apresentou um quadro comparativo da Receita Tributária de agosto de 2018 e agosto de 2019, chegando neste último a R$ 7,09 Bilhões, enquanto no ano passado chegou a R$ 6,66 Bilhões, ou seja, o Estado recebeu um excesso de receita tributaria o correspondente a R$ 430 Milhões (excesso bruto). Relatou que esse excesso seria totalmente destinado para fazer frente à insuficiência orçamentária, apresentada este ano, principalmente na despesa com pessoal. Logo em seguida o Secretário Executivo do Tesouro Alessandro Ribeiro sobressaiu que em 2018 houve uma arrecadação histórica, que segundo boletim do Tesouro Nacional o Estado do Amazonas foi o segundo com maior crescimento de receita corrente do Brasil, e em 2019, com satisfação, só estavam superando o ano de 2018.

Com a palavra, Denis Rocha relatou que o quadro exposto mostrou uma pequena queda na dívida consolidada comparada à receita corrente líquida, no qual de 48,45% em 2018, foi pra 47,91% no 2º quadrimestre de 2019. Destacou, ainda, as medidas de austeridade que com apoio da Assembleia Legislativa conseguiram aprovar: Lei complementar Nº 198/19 que dispõe sobre o teto de gastos para o próximo ano; Emenda Constitucional Nº 112/19, no qual reduziu as vinculações de recitas no Estado; Lei Nº 4.864/19, no qual desvinculou receitas de contribuições do FMPES e FTI; Decreto Nº 41.350/19, que dispõe sobre o recadastramento dos agentes públicos do Estado do Amazonas, expectativa de redução da despesa com pessoal, e por fim a Reforma Administrativa. Finalizou a apresentação mostrando o resultado primário no 2º quadrimestre de 2019, no qual obteve uma pequena melhoria, mas que sinaliza um resultado positivo, pois passou de R$ 1,16 Bilhão para R$ 1,22 Bilhão. Concluiu que

Assinado digitalmente por: MARCOS ANTONIO GUERRA PIMENTEL:22944516272 (28/01/20... em 06/03/2020 às 14:27:58 conforme MP no- 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a ICP-Brasil. Verificador: 2965.2ED4.5E5D.B7AC

os indicadores apresentam significativa melhoria, e que esse início de melhoria de situação fiscal do Estado vai ajudar muito frente às insuficiências orçamentarias que foram apresentadas para esse ano.

Em seguida o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ricardo Nicolau, agradeceu as explicações trazidas pelos técnicos da Sefaz e acrescentou que a comissão recebeu o relatório com informações adicionais, e que o mesmo encontrava-se, segundo informação dos técnicos, disponível para o público.

Posteriormente, o presidente fez considerações a respeito das outras secretarias, ao que tange as despesas, questionou se essas cumprissem com o mesmo parâmetro, onde na proporção que se aumenta a arrecadação, se diminuiria as despesas, equalizando assim os problemas fiscais. Pontuou também que o maior problema no presente momento é o quadro de pessoal, pois os salários não podem ser reduzidos, muito embora seja necessário que em alguns anos seja feita a substituição gradativa dos terceirizados, tendo em vista que o custo com terceirizados é alto e vai o total para a folha de pagamento, contribuindo assim para que ultrapasse o limite prudencial da LRF, o que acarretará uma economia financeira para o Estado. Ato seguinte, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da Aleam fez alguns questionamentos sobre o portal da transparência, questionou sobre a criação da coluna "deduções", o que compreendiam essas deduções. Acerca da arrecadação, solicitou uma estimativa sobre a receita bruta, e se este ano seria ultrapassado o percentual de 19,5% da receita. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Sr. Denis Rocha para que respondesse a seus questionamentos. Em resposta o Chefe de Departamento de Finanças explanou que o Tesouro Nacional, junto com o Orçamento, no ano de 2019, realizaram operações técnicas na codificação da natureza das receitas, e toda a dedução que antes era iniciada no código "9". Disse que a partir deste ano o portal traz apenas o código da natureza principal, por este motivo foi acrescentado uma coluna do bruto, da dedução e do líquido, quanto a estimativa sobre a receita bruta o mesmo expusera que acredita que arrecadação chegará próximo dos 19%.

Ato seguinte, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos passou palavra para o Deputado Serafim Corrêa, o qual iniciou cumprimentando todos os presentes e explanou que sempre compreendeu que o problema do Estado não está na receita, tendo em vista que vem sendo bem administrada e vem crescendo, que o desempenho é até melhor que em outros Estados, estando o problema nas despesas, onde existem erros reiterados, apontados e reconhecidos pela própria administração, contudo o Estado insiste em continuar a fazer, mesmo diante do aumentando de receita vai continuar faltando dinheiro. Citou como exemplo a terceirização na saúde, uma vez que o Estado está condenado a pagar mais de R$ 300 milhões em ações na Justiça do Trabalho. O Estado pagou as empresas, as mesmas não pagaram os funcionários e mesmo assim insistem em continuar. Pontuou que essa atitude é enxugar gelo, pois o Estado continua a contratar com as OSs, disse que se não houver mudanças, os números em condenações na Justiça do Trabalho só irão aumentar e chegará ao ponto de um juiz bloquear as contas do Estado e isso será um terror. Ato seguinte parabenizou os servidores da Sefaz pelo trabalho, mas alertou que se as despesas precisam ser administradas de forma minimamente coerente, posteriormente perguntou se os técnicos da Sefaz teriam expectativa de alguma outra receita antes de 31 de dezembro, e quais eram além da cessão onerosa? E em relação ao FUNDEB o mesmo informou que não houve repasse do mês de setembro por falta de assinatura do secretário, o que não é bom para o Estado. Em seguida foi passada a palavra ao Secretário Executivo do Tesouro Alessandro Ribeiro que aclarou a respeito da cessão onerosa, disse que medidas de negociação já estavam sendo tomadas e que estão acompanhando de perto o que está sendo discutido no Congresso Nacional.

Em ato continuo, o Deputado Ricardo Nicolau passou a palavra para o Deputado Wilker Barreto, o qual externou que os aumentos foram desastrosos no orçamento e perguntou se houve planejamento, se os técnicos da Sefaz presentes haviam repassado ao Governador, que mesmo com o aumento da receita não foram tomadas medidas impactantes para diminuir os gastos, e perguntou quais são as medidas a serem implementadas no último quadrimestre deste ano para cumprir o que dispõe a LRF?

Em seguida passada a palavra para Alessandro Ribeiro, explicou que no Art. 66 da LRF dispõe sobre a duplicação dos prazos e que estão enquadrados neste artigo, que o retorno ao limite prudencial até o quarto quadrimestre subsequente do limite máximo tendo como projeção que até o segundo quadrimestre após o atingimento do limite máximo, terão redução de 1/3 desse indicador de pessoal, com duas medidas basicamente: contenção com despesa de pessoal e o aumento da receita corrente líquida. Esclareceu também que foi publicado um Decreto de recadastramento no qual vai gerar uma estimativa de 3% de redução e assim tentar equalizar.

Em seguida, o Deputado Wilker Barreto indagou se o Estado, neste momento, teria como pagar o décimo terceiro sem que fosse necessário retirar R$ 300 milhões de reais da Afeam para efetuar o pagamento.

Passada a palavra para Alessandro Ribeiro, o mesmo respondeu que o Estado tem alguma reserva, contudo o valor não era suficiente para pagar o décimo terceiro.

Em seguida o Deputado Wilker Barreto externou que os técnicos da Sefaz tinham ciência de como estava à folha, que levaram 10 meses para fazer um recadastramento, bem como tiveram o momento da transição de governo e sabiam dos desafios que iriam enfrentar, porém o governo não fez seu papel de diminuir as despesas no qual o Governo gastou como se não houvesse crise. Posteriormente o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos passou a palavra para o Deputado Saullo Vianna, que expôs que o Governo já havia iniciado o ano com um déficit orçamentário, tendo como maior despesa a folha de pessoal, portanto tornou-se necessário o ajuste fiscal, principalmente ao que tange o limite de aumento de salário dos servidores, medidas essas que trarão de volta a capacidade de investimento ao Estado. Citou também outra medida tomada que foi a redução na vinculação de receitas que deixava o orçamento engessado, citou como exemplo a questão da FEI, que utilizou somente uma pequena parte, pois não tinham estrutura para executar o orçamento relativo, levantando a questão acerca de medidas que irão impactar diretamente, conseguindo assim equilibrar as despesas que hoje ultrapassam a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois além do aumento da receita a reforma administrativa vai trazer para o Estado esse equilíbrio, através do recadastramento dos servidores, e tais medidas deveriam ter sido tomadas no início do ano, onde o impacto seria menor e finalizou dizendo que o cenário melhorou diante das medidas e recomendou que diminuíssem o número de terceirizados, pois os mesmos afetam diretamente a despesa de pessoal, solicitou também a revisão dos contratos celebrados com o Estado.

Ato seguinte, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos abriu para questionamentos, contudo não houve manifesto dos presentes. Posteriormente o Presidente da Comissão de Assuntos econômicos passou a palavra para o Deputado Wilker Barreto para que o mesmo fizesse as considerações finais, o mesmo aclarou que o problema está nas despesas o que é preocupante, pois existe um cabo de guerra entre as despesas e a receita, que não há controle nos gastos e concluiu dizendo que a única alternativa de fato apresentada foi o aumento de receita e a reforma administrativa, mas que não vislumbra medidas efetivas de austeridade em curto prazo.

Assinado digitalmente por: MARCOS ANTONIO GUERRA PIMENTEL:22944516272 (28/01/20... em 06/03/2020 às 14:27:58 conforme MP no- 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a ICP-Brasil. Verificador: 2965.2ED4.5E5D.B7AC

Logo após, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos passou a palavra para os técnicos da Sefaz para que fizessem suas alegações finais, os quais agradeceram e finalizaram informando que o ajuste fiscal vai garantir uma sustentabilidade e recuperar a capacidade de investimento para o Estado.

Por fim, o presidente da Comissão fez suas alegações finais e agradeceu a todos os presentes dizendo que a reunião visou cumprir o preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, que o quadro apresentado está mais otimista do ponto de vista arrecadatório e colocou a Comissão de Assuntos Econômicos da Aleam à disposição só para realizar as audiências, mas como também participar das discussões. Às 12h e 30m, o presidente Ricardo Nicolau declarou encerrada Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do Estado referente ao 2º Quadrimestre 2019.

Deputado RICARDO NICOLAU

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da ALEAM

Assinado digitalmente por: MARCOS ANTONIO GUERRA PIMENTEL:22944516272 (28/01/20... em 06/03/2020 às 14:27:58 conforme MP no- 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a ICP-Brasil. Verificador: 2965.2ED4.5E5D.B7AC